



CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

ENT. EQ. P. COLECTIVA N.º 680 012 206

[Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
De Fafe
4820 Fafe
]

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Avenida 5 de Outubro
4820 FAFE

Of.º n.º 4555 DAM-SAGE
Proc.º n.º 66/2001


DATA, 2003-10-08

ASSUNTO: REGULAMENTO DO CARTÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA MOTORA – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Dirijo-me a V. Ex.a para dar conhecimento que, na reunião realizada em 18-09-2003, a Câmara deliberou aceitar a recomendação proposta pela assembleia municipal, fixando o prazo de validade do cartão, em 5 anos, alterando em conformidade a redacção do n.º 1 do art. 2 do regulamento.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


(JOSÉ RIBEIRO, DR.)

REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA MOTORA

Preâmbulo

No uso da competência que lhe confere o Decreto-Lei nº 2/98, de 3 de Janeiro e o Decreto-Lei nº 327/98, de 2 de Novembro, que introduziram algumas alterações nas competências Autárquicas, nomeadamente em matérias de ordenamento de trânsito, e cometeu às Autarquias o direito da regulamentação do estacionamento de duração limitada e respectiva fiscalização;

A Câmara Municipal de Fafe, atendendo às dificuldades de mobilidade, reconhecida a todos os portadores de deficiência motora, e ainda ao facto da inexistência de lugares de estacionamento específicos, decidiu criar o cartão municipal de pessoa portadora de deficiência motora, tendente a facilitar-lhes o estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada;

Para o efeito, elabora-se o Regulamento do Cartão Municipal de Pessoa Portadora de Deficiência Motora, a submeter a aprovação da Assembleia, nos termos da alínea a), do nº 6, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 1º

Objecto e âmbito

O presente regulamento estabelece as regras de acesso ao cartão municipal de pessoa portadora com deficiência motora, para utilização nas zonas de estacionamento de duração limitada.

Artigo 2º

Validade

- 1- O Cartão Municipal de pessoa portadora com deficiência motora é pessoal e intransmissível e tem a validade de cinco anos.
- 2- O cartão poderá ser sujeito a renovação por igual período, devendo o interessado, para o efeito, apresentar o pedido nos termos definidos para as condições de acesso, previstas no artigo 5º.

Artigo 3º

Custos

O custo pela emissão do cartão Municipal de pessoa portadora com deficiência motora será de € 5, e a renovação de € 1,50.

Artigo 4º

Competências

- 1- A competência para alterar qualquer disposição contida no presente Regulamento é da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal.
- 2- A competência para dar execução ao presente Regulamento é da Câmara Municipal.

Artigo 5º

Condições de acesso.

- 1- Podem solicitar o cartão os portadores de deficiência motora, residentes no Concelho de Fafe, desde que apresentem na Autarquia o Dístico de Identificação de Deficiente Motor, emitido pela Direcção Geral de Viação.
- 2- O portador do cartão deverá, aquando do pedido, identificar todos os veículos que possui, apresentando, para o efeito, o respectivo título.
- 3- A Câmara Municipal, após apreciação do pedido, emitirá o cartão, o qual confere aos seus titulares isenção de pagamento da taxa de estacionamento, prevista no artigo 18º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças em vigor.
- 4- Não é permitido emitir, para a mesma pessoa, mais que um cartão.

Artigo 6º

Limite de tempo e estacionamento abusivo.

- 1- O estacionamento de veículos por período superior a 24 horas, ainda que munido do respectivo título de estacionamento, é considerado abusivo, podendo aqueles ser removidos.
- 2- Os portadores do cartão são responsáveis por todas as despesas ocasionadas pela remoção, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis e das taxas a cobrar.